



GESTÃO DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO

1ª PREMIAÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO

Identificação do Órgão / Unidade: Superior Tribunal de Justiça / Comissão de Acessibilidade e Inclusão

E-mail para contato e envio das informações: inclusao@stj.jus.br

Nome da prática (iniciativa / projeto): Projeto Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR) no Processo Judicial Eletrônico (PJe) - Acessibilidade tecnológica para pessoas com deficiência visual

Tema: Valorização e Ambiente de Trabalho

Subtema: Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

Nome do Responsável e/ou da equipe:

- ✓ Luiz Anísio Vieira Batitucci – Assessor de Inteligência Artificial
- ✓ Valfran Santana de Almeida – Coordenador de Desenvolvimento de Soluções de Software

Delimitação da Ação:

Aplicação da lei 11.419/2006. A ação visa implementar o processo eletrônico judicial (PJe) proporcionando maior eficiência e eficácia no julgamento dos processos. A partir de janeiro de 2018, o STJ passa a ter todas as peças recebidas do Tribunal de origem em formato de texto puro capaz de permitir a acessibilidade para as pessoas com deficiência visual.

Detalhamento da Prática:

Identificação do problema:

Em 2009, o STJ criou o sistema eletrônico de tramitação interna de processo. Desde essa época até dezembro de 2017, o STJ disponibilizava os processos jurídicos em formato acessível apenas para as pessoas com deficiência física, mas ainda não tinha ferramenta disponível para atender as necessidades de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. Apenas as peças produzidas no STJ permitiam tal acessibilidade. Os documentos recebidos pela maior parte dos 33 (trinta e três) Tribunais integrados não eram acessíveis.

Métodos e Técnicas adotadas no desenvolvimento das ações:

Em janeiro de 2018, a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação e de Comunicação do STJ encontrou ferramenta compatível com o parque tecnológico da Casa por meio do uso do software *cvision* (pdf compressor). A ferramenta é capaz de gerar acessibilidade para a pessoa com deficiência visual de forma automática incluindo nos pdf's recebidos uma camada de OCR, realizando o reconhecimento do texto e tornando o documento acessível.

Resultados e benefícios alcançados:

Todas as peças recebidas e produzidas pelo STJ, a partir de janeiro de 2018, via sistema justiça, já estão em formato pdf com uma camada de OCR, gerando também acessibilidade para a pessoa com deficiência visual.

Todo o acervo de processos anterior a esta data também está sendo convertido no mesmo formato. Qualquer busca realizada pelo usuário, em processo anterior a janeiro de 2018, está disponível no mesmo formato acessível.

Custos e recursos envolvidos na implementação:

O Tribunal adquiriu uma licença do *software cvision* para ocerizar 160 milhões de páginas anualmente no valor de R\$ 2.014.600,00 (dois milhões, quatorze mil e seiscentos reais).

No início de cada ano, a contagem da quantidade de páginas ocerizadas é reiniciada até completar as 160 milhões de páginas.

A capacidade tecnológica de processamento da máquina é o suficiente para processar a média diária de documentos recebidos, mas o STJ está investindo em novas

máquinas para melhorar a capacidade de ocerização dos processos com data anterior a 2018.

Características inovadoras da prática:

- ✓ A própria máquina gera a acessibilidade no documento, não sendo necessário disponibilizar equipe técnica para este feito.
- ✓ A acessibilidade é gerada em âmbito interno e externo.
- ✓ Uma única ferramenta atende todo o sistema justiça já que o formato pdf é compatível com várias ferramentas de mercado.
- ✓ A resposta para o usuário final é instantânea.
- ✓ O STJ é o maior case do Brasil. São muitas variações de formatos de pdf e quantidade de páginas a serem processadas. Em 2018, foram julgados 524.081 processos no STJ.
- ✓ A quantidade de processos incluídos no formato acessível é maior do que a demanda diária recebida. Atualmente são processadas 500 mil páginas por dia. O STJ recebe, em média, 450 mil páginas por dia.
- ✓ A qualidade do texto produzido se aproxima em quase 100% do texto digitalizado.
- ✓ A devolução do processo para o Tribunal de origem é realizada em formato acessível.
- ✓ Há a manutenção da segurança jurídica já que a solução preserva os documentos originais.
- ✓ Os textos processados estão sendo usados para outras iniciativas como:
 - aprendizagem da máquina (inteligência artificial) para melhorar a usabilidade das aplicações do STJ; e
 - busca textual, para facilitar a localização de informações relevantes para os usuários.

Tempo de implementação:

De 2009 a janeiro de 2018.

Dificuldades encontradas durante a implementação, se houver, e como foram superadas:

- ✓ A maior dificuldade foi encontrar os parâmetros ideais de reconhecimento do documento do ponto de vista do usuário, já que os documentos em pdf possuem formatos e versões diferentes.

Potencial de replicação da prática em outros órgãos:

O potencial de replicação da prática é alto, uma vez que os Tribunais estão cada vez mais aderindo ao sistema eletrônico de tramitação dos processos jurídicos.